



CEJAMA

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

Certificado
NBR ISO 9001

BRTUV



Relatório Anual da Administração 2018

Jacinto Machado, abril de 2018

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO/SC

CEJAMA: A Energia de Jacinto Machado vem daqui.

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Jacinto Machado há 57 anos. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da cidade, levando força e luz às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os consumidores que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2018.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos cooperados, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa.

Carta do Presidente

Ao findar 2018, lembramos que nossa trajetória começou na década de 60, após a emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado.

Para enfrentar os obstáculos causados pela falta da energia elétrica, alguns membros da sociedade reuniram-se em 1961 para constituir a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, atual CEJAMA.

A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capiravi de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios, sendo eles: Pool Jorge Zacca, Silvio Boff, Ângelo Frassetto, Vitório Zanatta, Lédio Savi Mondo, Vitório Benincá Just, Egídio Tomasi, Lênio Leônidas Lopes, Albino Zanatta, Artur Tramontin, Stefano Rzatki, Laerte Spindola Lisboa, Quintiliano Emerich, Archimimo José Pereira, Francisco Ernesto Sabóia, Fermino Boff, e Paulino Boff. Aos nossos fundadores, agradecemos pela coragem e persistência nesse enorme desafio.

É importante frisar que a CEJAMA trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Sócios, aos colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Finalizando, agradecemos a DEUS, que sempre nos leva ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado é uma Permissionária/Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na cidade de Jacinto Machado, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Prestamos os melhores serviços há 57 anos e, para isso, valorizamos o corpo funcional da CEJAMA onde focamos:

- Investimento em Treinamento Técnico;
- Cursos;
- Apoio no Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Segurança e Medicina no Trabalho.
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;

A CEJAMA foi recertificada em 2018 através de rigorosa auditoria realizada pela BRTUV - Avaliações de Qualidade S/A, conforme Norma NBR ISO 9001.2015, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria continua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares e expectativas dos consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CEJAMA distribui energia elétrica no município de Jacinto Machado, zona urbana e zona rural. Atualmente (base dezembro/2018), possui 9.691 consumidores divididos em 49% de consumidores urbanos e 51% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 376 novas ligações, sendo 179 Residenciais, 37 Comerciais, 2 Industriais, 144 Rurais e 6 Poder Público, 7 iluminações públicas totalizando 9.691 consumidores atendidos.

Número de Consumidores

Número de Consumidores					
Classe	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	2739	2699	2638	2540	2488
Industrial	55	60	58	57	59
Comercial	433	433	429	433	425
Rural	1738	1800	1772	1791	1826
Poderes Públicos	54	51	52	51	48
Iluminação Pública	114	108	107	106	105
Serviço Público	5	5	6	7	8
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
Total	5140	5158	5064	4987	4961

Comportamento do mercado – Durante o período de janeiro a dezembro de 2018 a permissionária adquiriu um total de 34.183 mil MWh e distribuiu 31.999 mil MWh com um percentual de perda de 6,39%, ou seja, 2.184 mil MWh. O consumo de energia na área de atuação da permissionária apresentou em decréscimo de -1,04% em relação a 2017.

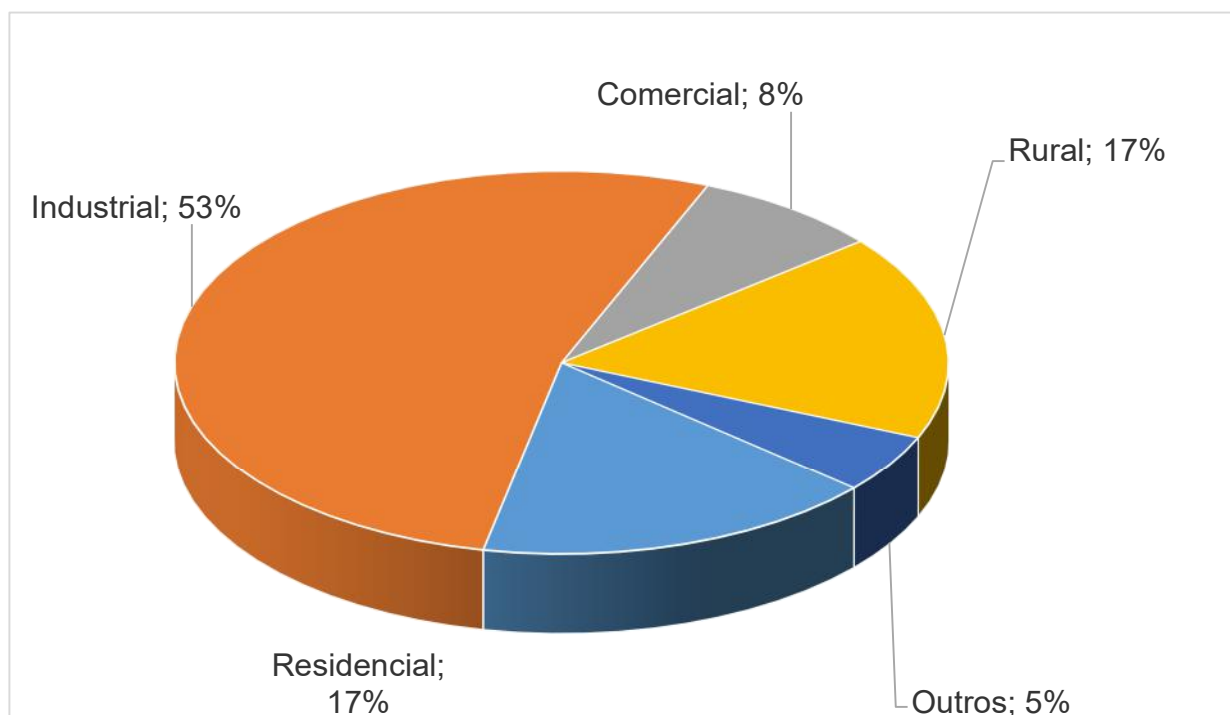
Balço Energético em MWh	Exercício				
	2018	2017	2016	2015	2014
Total da energia elétrica adquirida	34.184	34.447	33.434	33.234	34.029
Total da energia elétrica distribuída	32.000	32.451	30.452	31.011	31.885
Perdas	2.184	1.997	2.982	2.223	2.144
Percentual de perdas	6,39%	5,80%	8,92%	6,69%	6,30%

As classes que mais contribuíram para este decréscimo foram a classe industrial, com um decréscimo de -1,97% em relação ao ano de 2017, seguida da classe rural com um decréscimo de -1,39% ao ano anterior e da classe residencial com um crescimento de 0,8%. As classes Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública contribuíram com um decréscimo de -2,27%. A classe comercial obteve um decréscimo de -4,34. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh

Classe	2018	2017	2016	2015	2014
Residencial	5.412	5.347	5.164	4.954	5.019
Industrial	16.998	17.329	15.876	16.757	16.751
Comercial	2.538	2.551	2.541	2.464	2.550
Rural	5.561	5.625	5.296	5.308	6.009
Poder Público	353	341	355	340	343
Iluminação Pública	1.044	1.033	1.006	979	1.005
Serviços Públicos	193	211	201	193	193
Consumo Próprio	13	13	14	14	15
Total	32.114	32.451	30.452	31.011	31.885
Variação	-1,04%	6,56%	-1,80%	-2,74%	#DIV/0!

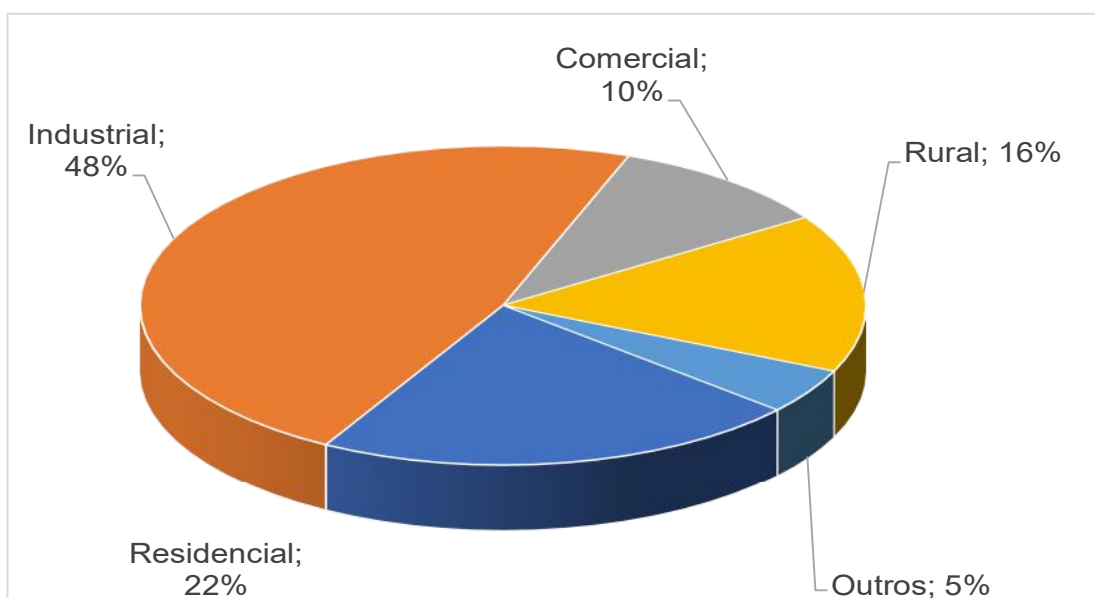
Consumo em MWh por Classe de Consumidores



Receita - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício de 2018 importou em R\$ 13.477,11 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil					
Classe		2018		2017	%
Residencial	22%	2.925,91	22%	2.715,47	7,75
Industrial	48%	6.405,78	45%	5.390,90	18,83
Comercial	10%	1.356,80	11%	1.341,86	1,11
Rural	16%	2.167,49	17%	2.068,46	4,79
Outros	5%	621,13	5%	580,29	7,04
Total	100%	13.477,11	100%	12.096,98	11,41

Receita Líquida por classe de consumidores



Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2018, apresentou um decréscimo de -0,35% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2018	2017	%
Residencial	2.739	2.699	1,48
Industrial	55	60	-8,33
Comercial	433	433	0,00
Rural	1738	1800	-3,44
Outros	175	166	5,42
Total	5.140	5.158	-0,35

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 434,53/ MWh, com aumento de 3,67% com relação a dezembro de 2017.

No ano de 2018 passamos pelo Reajuste Tarifário Periódico, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a cooperativa solicitou teto da parcela.

As tarifas de aplicação da CEJAMA foram reajustadas em 30 de setembro de 2018, em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2018	2017
Residencial	538,06	506,73
Industrial	371,53	335,04
Comercial	540,26	503,5
Rural	389,37	358,95
Poder público	546,49	514,07
Iluminação Pública	312,93	282,73
Serviços Públicos	468,90	436,96
Consumo Próprio	546,28	514,06
Média Geral	416,70	361,92

Qualidade do Fornecimento - Dos indicadores apurados pela CEJAMA, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CEJAMA e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2014	22,84	16,14	1,09
2015	7,68	7,77	1,39
2016	11,65	8,79	1,08
2017	9,01	9,51	1,33
2018	27,52	12,46	0,93

Atendimento ao Consumidor – A CEJAMA não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios do Município de Jacinto Machado se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

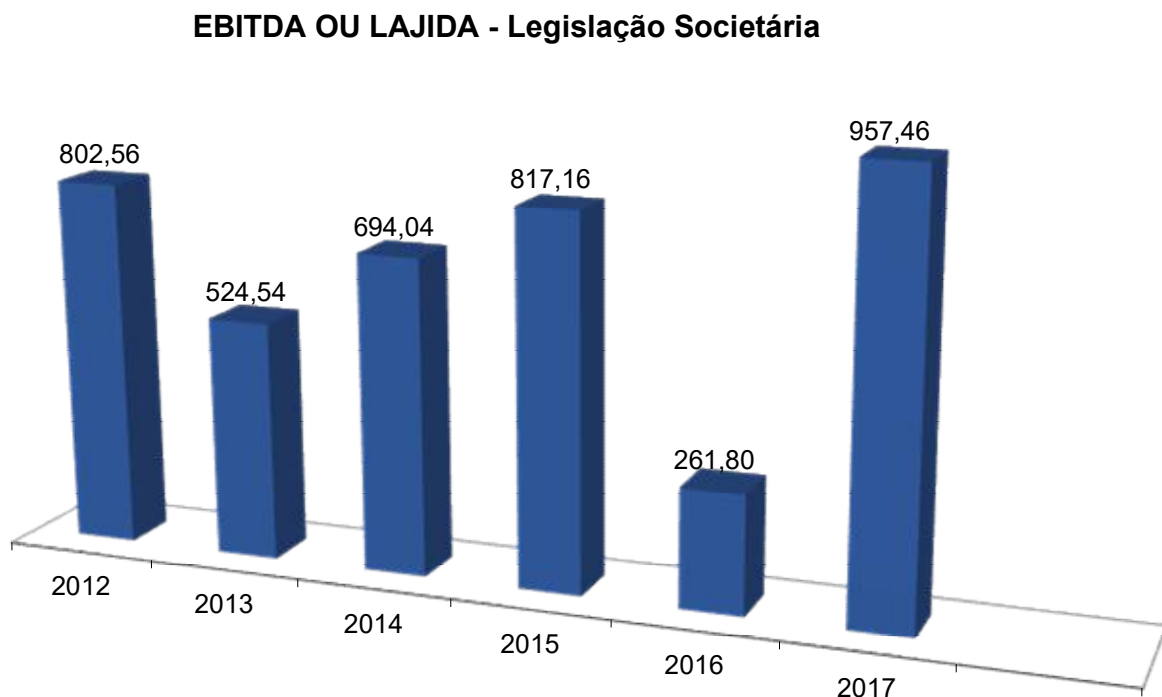
Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEJAMA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. O religador automatizado está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi disponibilizado aos consumidores, um novo site da empresa, contendo informações e dicas de economia e cuidados. Foi criado um endereço de e-mail, especialmente para atendimento on-line aos consumidores, como emissão de segundas vias e esclarecimento de dúvidas. A Empresa investiu no aumento do seu parque tecnológico, com a implantação de duas linhas

telefônicas para telefone da sede e os ramais internos, e a implantação da linha gratuita, o 0800, aumentando assim a agilidade no atendimento aos consumidores e em seus serviços.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2018, teve uma sobra de R\$ 1.521,98 (Reais/mil), contra uma sobra de R\$ 432,11 (Reais/mil) em 2017, ocasionando um aumento nas sobras na ordem de 252,22 %. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 15.377,20 (Reais/mil), superior em 26,37 % em relação a 2017, que foi de R\$ 12.168,42 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 957,46 (Reais/mil), superior em 265,72% a 2016, que foi de R\$ 261,80 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

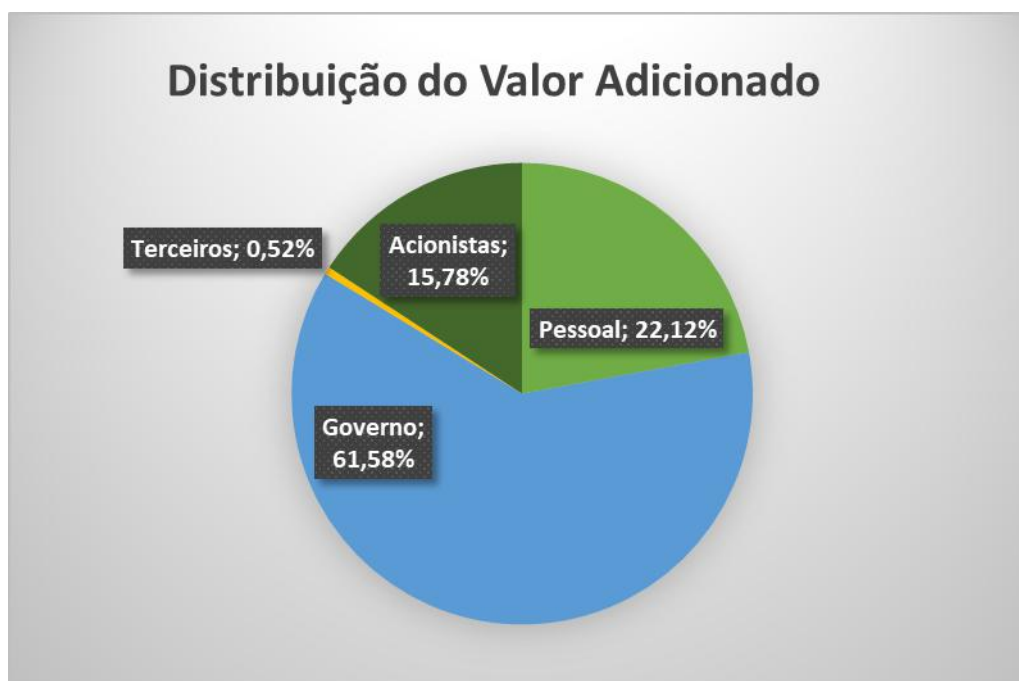


Investimentos: Em 2018, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 1.266,00 (Reais/mil).

Investimentos - R\$ mil			
	2018	2017	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	765,96	708,40	8,13
Obras	682,86	605,97	12,69
Ligações e Medições	83,1	102,43	(18,87)
Veículos	491,04	0,00	#DIV/0!
Equipamento Geral	9,00	70,60	(87,25)
Instalações Gerais			0,00
Edificações	0,00	0,00	0,00
Total	1.266,00	779,00	62,52

Captações de Recursos: Os investimentos de 2018 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2018, o valor adicionado a distribuir gerado como riqueza pela CEJAMA foi de R\$ 9.643,54 (Reais/mil), representando 46,49% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição.



Composição Acionária: O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 3.815,55 (Reais/mil), sendo **composto por 381.555 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 10,00 cada, com a seguinte composição:**

Cotistas	Cotas	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Angelo Valdati Neto	1	0,0003
Adelar Machado de Oliveira	1	0,0003
Tiago Matias Vitali	1	0,0003
Wanderlei Luiz Amboni	1	0,0003
Nazareno Meister	1	0,0003
Agenor Bozello	1	0,0003
Fabiano Rosso Trombim	1	0,0003
Andreia Ronconi	1	0,0003
Agricio Abel Golçalves	1	0,0003
Valmir Possamai	1	0,0003
Pedro Casagrande	1	0,0003
CONSELHO FISCAL		
João Edward Patel	1	0,0003
Lucir Teixeira Tramontin	1	0,0003
Sergio Luiz Ramos	1	0,0003
Marli Aparecida Rosso Tramontin	1	0,0003
Quiliani Padilha Dos Santos	1	0,0003
Oly José Borges	1	0,0003
TOTAL	17	0,0051
DEMAIS ASSOCIADOS	381.538	99,9952
TOTAL GERAL	381.555	100,00

Relações com o Mercado: A CEJAMA, com incentivo da OCESC/SESCOOP, participa de eventos, como o ENCONSEL, SENDI e outros, mantém contato com outras concessionárias /permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEJAMA objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.
- O cooperativismo.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Concessionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEJAMA faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

A CEJAMA em Números

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	5.140	5.158	-0,35
Número de empregados	31	35	(11,43)
Número de consumidores por empregado	166	147	12,51
Número de localidades atendidas	1	1	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00

Mercado	2018	2017	%
Área de concessão (Km ²)	430,0	430,0	0
Demanda máxima (MW)	7,288	7,146	1,99
Distribuição direta (GWh)	32,00	32,45	0
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.975,90	1.882,80	4,94
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	416,7	381,43	9,25
Total			
Residencial	538,06	506,73	6,18
Industrial	371,53	335,04	10,89
Comercial	540,26	503,50	7,30
Rural	389,37	358,95	8,47
Poder Público	546,49	514,07	6,31
Iluminação Pública	312,93	282,73	10,68
Serviços Públicos	468,9	436,96	7,31
Suprimento	267,81	216,66	23,61
DEC (horas)	27,52	9,01	205,44
FEC (número de interrupções)	12,46	9,51	31,02

Operacionais	2018	2017	%
Número de usinas em operação	0	0	
Número de subestações	0	0	
Linhas de transmissão (Km)	0	0	
Linhas de distribuição (Km)	645,97	644,55	0,22
Capacidade instalada (MW)	21,2	21,02	0,86
Número de postos de arrecadação	0	0	

Financeiros		2018	2017	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)		20.742,26	16.593,27	25,00
Receita operacional líquida (R\$ mil)		15.377,20	12.168,42	26,37
Margem operacional do serviço líquida (%)		34,89%	36,36%	(4,05)
EBITDA OU LAJIDA				-
Lucro líquido (R\$ mil)		2.049,77	957,46	114,08
Lucro líquido por mil cotas		6,44	3,01	114,08
Patrimônio líquido (R\$ mil)		12.568,95	11.073,48	13,50
Valor patrimonial por cota R\$		10,00	10,00	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)		16,31%	8,65%	88,61
Endividamento do patrimônio líquido (%)		22,13%	20,70%	6,91
Em moeda nacional (%)		22,13%	20,70%	6,91
Em moeda estrangeira (%)		0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance	2018	2017	%
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	3,04	4,34	-0,29954
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.032,26	927,14	0,113381
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	6,23	6,29	-0,00954
Retorno de Ativos por Unidade:	0,10	0,03	2,333333

Balço Social

Recursos Humanos

Em 2018, a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos ensinos: profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e, também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 35, Cursos nas Áreas Administrativas (Contábil e RH), Palestras sobre Atendimento, Trabalho em Equipe, Saúde e Segurança no Trabalho.

Mantém convênios com Planos de Saúde, Médico do Trabalho, Programa Odontológico.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEJAMA sempre contribui com os preparativos para o Natal, disponibilizando os funcionários para auxiliar na decoração da cidade.

CIPA CEJAMA: Os membros da CIPA na CEJAMA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Fazem-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CEJAMA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança. São promovidos através da CIPA: Treinamento para combate a incêndios, treinamento em primeiros socorros, palestras sobre saúde, palestras sobre novos equipamentos de segurança. Em novembro de 2018 foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho) com diversas atividades como: Curso NR 35 (Trabalho em Altura) e Palestra sobre Saúde e Segurança no Trabalho.

Educação: A CEJAMA contribui com 50% das mensalidades de seus funcionários para o curso técnico em eletrotécnica, e 100% das despesas com cursos específicos promovidos pela Federação e pelo SESCOOP SC.

A) Demonstração do Balanço Social - 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018			2017		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			15.377,20			12.168,42
Lucro Operacional (LO)			1.521,99			432,10
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.657,53			1.924,72
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	164	9,89%	1,07%	177,92	9,24%	1,46%
Encargos sociais compulsórios	810,56	48,90%	5,27%	879,54	45,70%	7,23%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	54,7	3,30%	0,36%	52,38	2,72%	0,43%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	18,55	1,12%	0,12%	12,49	0,65%	0,10%
Educação - Auxílio educação	0,13	0,01%	0,00%	1,13	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,87	0,11%	0,01%	3,44	0,18%	0,03%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	32,95	1,99%	0,21%	31,49	1,64%	0,26%
Total	1.082,76	65,32%	7,04%	1.158,39	60,18%	9,52%
			% sobre			%sobre
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	9,84	0,65%	0,06%	157,77	36,51%	1,30%
Total de contribuições para a sociedade	9,84	0,65%	0,06%	157,77	36,51%	1,30%
Tributos - excluídos encargos sociais	32,21	2,12%	0,21%	16,71	3,87%	0,14%
Total	32,21	2,12%	0,21%	16,71	3,87%	0,14%
			% sobre			%sobre
4 - Indicadores ambientais						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Progr. de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	31	35
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	12	16
Ensino médio	14	14
Ensino fundamental	5	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	13	16
Acima de 45 anos	9	10
Admissões durante o período	3	1
Mulheres que trabalham na empresa	7	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	34	33
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Maior remuneração	9,63	12,19
Menor remuneração	0,72	0,61
Acidentes de trabalho	3	0

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Balço Patrimonial Societária

DESCRIÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	5.003.749,69	3.486.365,66
Caixa e Equivalentes a Caixa	2.002.298,47	482.838,57
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.487.419,73	2.483.638,38
Serviços em Curso	6.388,48	6.005,63
Tributos Compensáveis	89.334,12	74.296,74
Almoxarifado	173.585,78	151.030,58
Ativos Financeiros Setoriais	1.027,36	585,97
Despesas pagas antecipadamente	4.790,07	245,18
Outros Ativos Circulantes	238.905,68	287.724,61
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.346.191,05	9.879.131,44
Tributos Compensáveis	152.435,92	159.765,94
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	165.284,66
Outros Ativos Não Circulantes	3.368.030,21	2.923.109,33
<i>Imobilizado</i>	<i>2.609.924,10</i>	<i>2.257.348,39</i>
Em serviço	3.295.001,34	2.906.558,16
(-) Depreciação Acumulada	(689.507,34)	(653.639,87)
Em curso	4.430,10	4.430,10
Intangível	4.047.514,05	4.373.623,12
TOTAL DO ATIVO	15.349.940,74	13.365.497,10
DESCRIÇÃO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	2.537.039,19	2.049.558,91
Fornecedores	348.754,27	356.243,53
Obrigações Sociais e Trabalhistas	261.464,38	491.528,69
Tributos	944.581,72	367.419,31
Encargos Setoriais	435.224,93	480.180,59
Passivos Financeiros Setoriais	0,00	8.654,29
Outros Passivos Circulantes	547.013,89	345.532,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	243.955,81	242.453,51
Obrigações Vinculadas a Concessão	243.955,81	242.453,51
PATRIMONIO LIQUIDO	12.568.945,74	11.073.484,68
Capital Social	3.815.553,46	3.669.235,89
FATES	240.611,77	186.117,80
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias	5.567.683,82	4.806.690,66
Reavaliação	1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
Reserva Legal	808.609,00	656.410,37
Sobras a Disposição da AGO.	532.695,20	151.237,47
Total do Passivo	15.349.940,74	13.365.497,10

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstração do Resultado do Exercício Societária

Descrição	2018	2017
01. Receita Operacional Bruta	20.742.265,21	16.593.273,73
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	17.159.692,70	15.377.157,88
(+) Outros Ingressos e Rendas	3.582.572,51	1.216.115,85
02. Dedução da Receita Bruta	(5.365.067,93)	(4.424.851,91)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(3.686.554,94)	(3.274.641,76)
(-) Encargos do Consumidor	(1.678.512,99)	(1.150.210,15)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	15.377.197,28	12.168.421,82
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(8.827.694,90)	(7.234.337,46)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia	6.549.502,38	4.934.084,36
06. Despesas Operacionais	(5.144.142,11)	(4.613.460,18)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.887.618,51)	(3.158.330,61)
(-) Material	(290.604,67)	(308.380,86)
(-) Serviços de Terceiros	(454.334,06)	(494.215,76)
(-) Depreciações	(527.779,81)	(492.439,17)
(-) Seguros	(1.328,17)	(1.068,78)
(-) Despesas Tributárias	(28.971,07)	(16.714,40)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(98.437,82)	(107.700,44)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(788.536,75)	75.842,33
(-) Outras Despesas Operacionais	(66.531,25)	(110.452,49)
07. Resultado Operacional (5+6)	1.405.360,27	320.624,18
09. Resultado Operacional Financeiro	116.626,04	111.482,86
(+) Receita de Aplicação Financeira	54.298,46	4.189,04
(+) Outras Receitas Financeiras	111.782,93	154.866,93
(-) Despesas Financeiras	(49.455,35)	(47.573,11)
10. Resultado Operacional	1.521.986,31	432.107,04
11. Imposto De Renda e Contribuição Social		
Provisão para Imposto de renda		
Provisão para Contribuição Social		
13. Destinações Estatutárias	(989.291,11)	(280.869,57)
(-) Reserva Legal 10%	(152.198,63)	(43.210,70)
(-) Fates 05%	(76.099,32)	(21.605,35)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(760.993,16)	(216.053,52)
14. Sobras (Perdas) Líquidas do Período (9+11+12)	532.695,20	151.237,47

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societária

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2016	3.667.335,89	1.544.771,61	59.020,88	613.199,67	164.512,45	4.590.637,14	0	10.639.477,64
MUTAÇÕES EM 2017	1.900,00			43.210,70	21.605,35	216.053,52	151.237,47	434.007,04
Integralização de Capital	4.044,46							4.044,46
Capital a Realizar								-
Devolução de Capital	-2.144,46							-2.144,46
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas								-
Resultado do Exercício							432.107,04	432.107,04
Destinações				43.210,70	21.605,35	216.053,52	-280.869,57	-
SALDO EM 31/12/2017	3.669.235,89	1.544.771,61	59.020,88	656.410,37	186.117,80	4.806.690,66	151.237,47	11.073.484,68
MUTAÇÕES EM 2018	146.317,57			152.198,63	54.493,97	760.993,16	381.457,73	1.495.461,06
Integralização de Capital	160.791,62							160.791,62
Capital a Realizar	151.237,47						-151.237,47	-
Devolução de Capital	-165.711,52							-165.711,52
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas					-21.605,35			-21.605,35
Resultado do Exercício							1.521.986,31	1.521.986,31
Destinações				152.198,63	76.099,32	760.993,16	-989.291,11	-
SALDO EM 31/12/2018	3.815.553,46	1.544.771,61	59.020,88	808.609,00	240.611,77	5.567.683,82	532.695,20	12.568.945,74

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Societária

Descrição	2018	2017
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.521.986,31	432.107,04
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.521.986,31	432.107,04
2 - Ajuste Por	86.332,95	(925.593,43)
Reintegração Acumulada	35.867,47	120.445,16
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Concessionários e Permissionários	(3.781,35)	(469.824,51)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(382,85)	43.356,72
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(15.037,38)	8.054,63
(Aumento) ou Diminuição de Almoarifado	(22.555,20)	(32.243,52)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(441,39)	62.370,32
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(4.544,89)	78.431,17
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	48.818,93	(75.653,45)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	7.330,02	(18.713,88)
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Direitos Para Uso Futuro	0,00	(3.601,31)
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Atividades Não Vinculadas À Concessão E Permissão Do	(3.002,11)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(444.920,88)	(445.564,08)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(7.489,26)	25.889,49
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	(230.064,31)	2.439,15
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	577.162,41	59.009,29
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(44.955,66)	(449.049,92)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(8.654,29)	(30.572,18)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	201.481,39	93.360,16
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	1.502,30	106.273,33
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	1.608.319,26	(493.486,39)
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(67.254,01)	241.366,93
Ativo Imobilizado / Intangível	(62.334,11)	239.466,93
Ativo Investimentos	0,00	0,00
Integralização de Capital	(4.919,90)	1.900,00
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(21.605,35)	0,00
Utilização das Reservas	(21.605,35)	0,00
Reversão de Capital	0,00	0,00
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	1.519.459,90	(252.119,46)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.519.459,90	(252.119,46)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	482.838,57	734.958,03
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.002.298,47	482.838,57

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2018, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2019.

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

CGC/MF: 85.665.990/0001-30

AV. PADRE HERVAL FONTANELLA, 443 – CENTRO
JACINTO MACHADO – SANTA CATARINA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado, Marli Aparecida Rosso Tramontin – Coordenadora; Lucir Teixeira Tramontin - Secretária e demais membros: João Edward Patel, Sergio Luiz Ramos, Quiliani Padilha dos Santos e Oly José Borges, nos reunimos mensalmente nas reuniões ordinárias e em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, fiscalizamos, analisamos, verificamos a documentação mensal, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, como também o Relatório da Diretoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 2018. Percebemos uma Cooperativa (CEJAMA) que se pautou em um serviço de qualidade, com responsabilidade, idoneidade e sobretudo voltada à transparência em seus atos administrativos e burocráticos, conforme o Estatuto Social, ao que expressamos nossas congratulações e votos de sucesso sempre com este espírito de seriedade e lisura em todo o processo.

Foi observada também a publicação legal para a formação do novo conselho que se enquadra nas normas estatutárias.

Portanto, emitimos o presente parecer no sentido de ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis.

Jacinto Machado (SC), 19 de março de 2019.


Marli Aparecida Rosso Tramontin
Coordenadora


Lucir Teixeira Tramontin
Secretária


João Edward Patel
Membro


Sergio Luiz Ramos
Membro


Quiliani Padilha dos Santos
Membro


Oly José Borges
Membro

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA

Av. Padre Herval Fontanella, nº 443, Jacinto Machado – SC – CNPJ 85.665.990/0001-30

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **CEJAMA** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2018 a **CEJAMA** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

Conclusão do Processo de Regularização - O processo de regularização de cooperativa foi concluído no exercício de 2008, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.631 de 21 de outubro de 2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008 mediante a assinatura do mesmo.

Prazo da permissão - 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. O prazo de permissão passou a ser de 30 anos, conforme o § 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, incluído pela Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

Objetivo da permissão - Exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão - A CEJAMA terá sua atuação delimitada aos municípios de Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

Mesmo tendo iniciadas providências antes da efetiva regulamentação, o contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar as posições econômicas e financeiras atualmente apresentadas.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, observadas as disposições da legislação cooperativista. Historicamente as cooperativas observam a Lei nº 6.404/1976 - lei das sociedades por ação na preparação de suas demonstrações contábeis, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, contemplando os efeitos referentes à classificação das contas no balanço e ao conjunto de demonstrações contábeis trazidos pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 604/2014 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações, NBC ITG 1000 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade e também NBC ITG 2004, que estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CEJAMA é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

▪ Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

▪ Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

- **Estoque**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a resolução normativa 674/2015.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

- **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são contabilmente reconhecidas pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos financeiros circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes não afetem substancialmente o resultado.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEJAMA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Não existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

- **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos que compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa estão alocados nas aplicações financeiras e contas correntes e no saldo geral do grupo houve um aumento de 314,7%, representando R\$ 1.519.459,90 a maior que o período anterior.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Caixa	1.097.904,78	60.687,44
CONTAS BANCÁRIAS À VISTA	1.064.489,76	27.029,61
Banco Do Brasil S.A	561.735,55	24.787,26
Credija C/C	501.500,80	877,35
Credija C/C 1960-7 RES. 20	1.253,41	1.365,00
FUNDOS DE CAIXA	283,28	372,03
Fundo Fixo de Caixa	283,28	372,03
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	33.131,74	33.285,80
Credija – Trânsito	33.131,74	33.285,80
Banco do Brasil – Trânsito	0,00	0,00
EQUIVALENTES DE CAIXA	904.393,69	422.151,13
Banco Do Brasil S.A	716.241,55	390.809,17
Aplicação Financeira Credija 1960-7 RES. 20	6.083,22	6083,22
Cresol – Aplicações	182.068,92	25.258,74
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.002.298,47	482.838,57

NOTA 06 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos Consumidores estão a seguir demonstrados, as maiores variações ocorreram nas classes, Industrial e Iluminação Pública, no caso da Classe de Iluminação Pública foi realizada a baixa de créditos com impossibilidade de cobrança e, conseqüentemente o saldos da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) também sofreram variação negativa.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Fornecimento	2.148.458,16	2.270.181,93
Residencial	343.551,15	366.953,34
Industrial	723.264,41	928.426,14
Comercial	178.631,12	173.000,67
Rural	354.771,98	367.577,52
Poderes Públicos	25.419,74	3.050,59
Iluminação Pública	29.110,97	577,28
Não Faturado	538.708,98	487.428,04
(-) Arrecadação Em Processo De Classificação	0,00	(702,61)
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.000,19)	(56.129,04)
Serviços Cobráveis	7.145,06	1.613,13
Taxa De Religação	4.526,26	1.248,48
Serviço Taxado	3.032,80	588,28
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(414,00)	(223,63)
(-) Arrecadação Em Processo De Classificação	1.725,18	0,00
Parcelamentos	319.184,74	203.048,46
Parcelamentos	327.131,84	207.611,28
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.947,10)	(4.562,82)
Outros	10.906,59	8.794,86
Multas Por Atraso	8.749,27	9.731,19
Serviços Prestados	2.766,50	0,00
Provisão - Outros Créditos	(609,18)	(936,33)
Total	2.487.419,73	2.483.638,38

Os saldos provisionados referentes à PCLD foram constituídos conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

NOTA 07 - SERVIÇOS EM CURSO

O grupo dos Serviços em Curso estão com seus saldos demonstrados a seguir, a variação positiva em 2018 se refere às ODS de manutenção de redes que se mantiveram em aberto na virada do exercício.

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
ODS MANUTENÇÃO DE REDES	6.007,59	6.005,63
ODS DJUNTORES	380,89	0,00
Total	6.388,48	6.005,63

NOTA 08 – TRIBUTOS

No exercício de 2018 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Tributos Federais	73.707,58	62.387,89
IR a Compensar	52.868,27	43.544,42
Impostos a Compensar Retidos por Órgãos Federais	20.839,31	18.843,47
Tributos Estaduais	15.626,54	11.908,85
ICMS S/ Compra para o Ativo Imobilizado a Recuperar	15.626,54	11.908,85
Total	89.334,12	74.296,74

NOTA 09 – ALMOXARIFADOS

No exercício de 2018 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2017	2016
Material	173.594,09	151.030,58
Manutenção E Conservação	173.257,33	150.998,23
Material Sucateado (Sucata)	336,76	32,35
Compras em curso	(8,31)	0,00
Compras em curso	(8,31)	0,00
Total	173.585,78	151.030,58

NOTA 10 – DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

No exercício de 2018, após a revisão tarifária, foram registradas as variações financeiras setoriais ativas, conforme demonstramos:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Sul América Companhia Nacional de Seguros	1.027,36	585,97
Total	1.027,36	585,97

NOTA 11 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

No exercício de 2017 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Em Reais	
	2017	2016
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	245,18	245,18
Proinfa Pagamento Antecipado	4.544,89	0,00
Total	4.790,07	245,18

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos que compõe o grupo dos Outros Ativos Circulantes estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Créditos A Receber	233.286,31	289.677,86
Adiantamento Salário	15.731,77	3.909,93
Adiantamento Diversos	0,00	58853,32
Adiantamento a Fornecedores	11.123,62	1.909,20
Fecoerusc- Assistência Técnica do Extremosul	5.000,00	5.000,00
Cabal - Vale Alimentação	1.287,40	69.923,40
Richardes Machado Medeiros - ME	5.772,23	5.772,23
Parcelamentos Concedidos	3.404,38	3.646,20
Parcelamento de Cheques	578,41	578,41
Juliano Miguel de Medeiros - ME	1.830,00	1.130,00
Serviço de Manutenção de Iluminação Publica	2.941,12	2.387,59
Alienação de Bens E Direitos	18.004,38	13.930,00
Ações Delegadas SESCOOP	137,06	11.952,35
Hospital São Roque	4.000,00	4.000,00
Cheques em Cobrança	96.195,93	96.195,93
Crédito de Aluguéis De Postes	65.540,01	10.489,30
Aparecido Angelo Zancheta	1.740,00	0,00
Desativações e Alienações	5.619,37	(1.953,25)
Desativações em Curso	5.619,37	(1.953,25)
Total	238.905,68	287.724,61

NOTA 13 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os saldos do Ativo Realizável a Longo Prazo dos exercícios de 2018 e 2017, estão demonstrados conforme segue:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Tributos Compensáveis	152.435,92	159.765,94
Depósitos Judiciais	1.030,20	0,00
Bens e Direitos para Uso Futuro	(384,99)	(384,99)
Bens e Atividades não Vinculadas á Permissão	168.286,77	165.284,66
Outros Ativos não Circulantes	3.367.385,00	2.923.494,32
Imobilizado	3.210.403,28	2.257.348,39
Intangível	3.447.034,87	4.373.623,12
Total	10.346.191,05	9.879.131,44

Desdobramos os valões do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

a) Distribuição

Descrição	2018			2017
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço				
Terrenos	114.000,00	0,00	114.000,00	114.000,00
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	17.473,99	(3.879,23)	13.594,76	14.176,65
Máquinas E Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	559.119,48	(71.040,83)	488.078,65	371.175,67
Móveis e Utensílios	77.286,73	(29.441,85)	47.844,88	39.659,87
Imobilizado Em Curso				
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas E Equipamentos	47.794,92	0,00	47.794,92	84.698,20
Material Em Depósito	549.569,02	0,00	549.569,02	633.353,17
(-) Transferência ICPC 05	(597.363,94)	0,00	(597.363,94)	(718.051,37)
Total	672.748,16	(133.735,97)	663.518,29	539.012,19

b) Administração

Descrição	2018			2017
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço				
Terrenos	652.000,00	0,00	652.000,00	652.000,00
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	703.987,99	(138.649,39)	565.338,60	570.982,03
Máquinas E Equipamentos	158.944,53	(146.672,64)	12.271,89	12.659,31
Veículos	967.166,63	(265.087,34)	702.079,29	466.411,89
Móveis e Utensílios	45.021,99	(34.736,06)	10.285,93	11.852,87
Imobilizado Em Curso			0,00	
Máquinas E Equipamentos	4.430,10	0,00	4.430,10	4.430,10
Total	2.531.551,24	(585.145,43)	1.946.405,81	1.718.336,20

c) Intangível

Descrição	2018			2017
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Intangível da Permissão	3.445.925,42	0,00	3.445.925,42	3.654.462,30
Ativo Intangível em Curso	600.479,18	0,00	600.479,18	718.051,37
Software	15.460,97	(14.351,52)	1.109,45	1.109,45
Total	4.061.865,57	(14.351,52)	4.047.514,05	4.373.623,12

Está sendo aplicada a instrução do Conselho de Pronunciamentos Contábeis, ICPC01 e OCPC05. Transferindo os saldos no imobilizado para Ativo Financeiro e Intangível conforme cálculo de depreciação estimada até o final do período de permissão.

NOTA 14 - FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	Em Reais	
	2018	2017
CELESC Distribuições S/A	288.841,62	262.162,34
Materiais e Serviços	59.912,65	94.081,19
Total	348.754,27	356.243,53

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

No exercício de 2018, os saldos das Obrigações Sociais e Trabalhistas sofreram variação positiva quando comparados com o exercício anterior, as contas que causaram essa maior variação foram os ajustes de Provisão de Férias e Salários a Pagar, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Provisão de Encargos sobre Férias	67.605,24	90.339,05
Salários a Pagar	0,00	91.917,22
Pro Labore a Pagar	7.071,90	6.879,83
Provisão para Férias	157.158,03	226.889,08
INSS Sobre Folha de Pagamento a Pagar	12.088,21	27.875,99
IRRF Sobre Folha de Pagamento a Pagar (0561)	13.299,21	22.319,86
IRRF Sobre Pro Labore a Pagar (0588)	1.479,08	1.383,66
Contribuição Sindical Mensal a Pagar	860,28	299,99
Contribuição Sindical Anual a Pagar	0,00	236,07
Provisão de Encargos Sobre 13º Salário	0,30	(0,06)
Rescisões de Contrato de Trabalho	1.902,13	23.388,00
Total	261.464,38	491.528,69

NOTA 16 - TRIBUTOS

No exercício de 2017, quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Contas	Em Reais	
	2018	2017
FGTS a Pagar	13.981,24	17.647,02
INSS Empresa a Pagar	44.352,00	41.068,77
IRRF Sobre Terceiros a Pagar (1708)	24,60	42,18
FGTS a Rescisão	0,00	2.698,90
PIS a Pagar (8301)	1.757,64	2.195,00
PIS/ COFINS/ CSLL a Pagar (5952)	89,10	143,59
ICMS a Pagar	345.059,73	303.623,85
Parcelamento PIS-COFINS	539.317,41	0,00
Total	944.581,72	367.419,31

NOTA 17 – PROVISAO PARA LITIGIOS

Em 2018 foram provisionados valores referentes a possíveis perdas oriundas de causas trabalhistas e cíveis:

Contas	2018	2017
Causas Trabalhistas	120.000,00	0,00
Causas Cíveis	25.000,00	0,00
Total	145.000,00	0,00

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos dos Passivos referentes aos Encargos Setoriais dos exercícios de 2018 e 2017, estão demonstrados conforme segue:

Contas	Em Reais	
	2018	2017
F.N.D.C.T	706,35	706,35
P&D	54.349,98	54.349,98
PEE	184.213,03	166.109,24
Bandeiras Tarifarias	33.630,37	182521,84
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	162.325,20	76.493,18
Total	435.224,93	480.180,59

NOTA 19 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORAIS

No exercício de 2018, após a revisão tarifária, foram registradas as variações financeiras setoriais passivas, conforme demonstramos:

Contas	Em Reais	
	2018	2017
Neutralidade Parcela A - CDE Passiva	0,00	0,00
Neutralidade Parcela A - Proinfa Passiva	0,00	0,00
Neutralidade Parcela A - TFSEE Passiva	0,00	0,00
CVA DE CCC - Tarifa Inicial	0,00	8.654,29
Total	0,00	8.654,29

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Pagamento em Duplicidade	2.458,62	3.162,42
Bônus Itaipu	588,21	616,74
Credores Diversos Micro Geração	212.823,97	145.888,46
Credito Auxilio Educação	0,00	46,85
Hospital São Roque	50.652,00	55.087,00
APAE	948,00	1.018,00
Consumidores - Depósitos	43.021,94	43.021,94
Contribuição para Iluminação Pública	32.282,29	26.546,91
ITESC CARD	0,00	1.031,00
Assoc. Com. Irmã Úrsula Heidemann de Turvo - SC	29.233,00	31.681,00
Gávea Tênis Clube	952,82	1.170,80
Financiamento De Funcionários em Consignação	3.821,49	6.253,10
Pensão Alimentícia	180,00	882,75
Outros Débitos/Créditos Fatura	7.323,76	10.397,30
Plano de Saúde São José	3.477,10	9.699,09
Outras - Empréstimo Compulsório	807,70	807,70
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica-	3.454,09	4.971,00
Adiantamento de Terceiros	3.062,23	3.062,23
Programa Odontológico	152,86	150,00
Deposito não Identificado	6.773,81	38,21
Total	215.870,80	345.074,50

Os saldos referentes aos demais créditos de Outros Passivos não Circulantes são compostos por créditos de entidades conveniadas que realizam cobrança de seus créditos através das faturas aos associados.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Conforme determina a legislação regulatória, as receitas de ultrapassagem de demanda estão registradas no grupo de Obrigações Vinculadas a Concessão, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
Participação Financeira do Consumidor	45.833,71	45.833,71
Ultrapassagem Demanda	198.122,10	196.619,8
Total	243.955,81	242.453,51

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Correção Monetária

Os valores da correção monetária procedida até 31/12/1995 foram conforme determinado pela Lei 9.249/95, incorporados ao capital social.

b) Capital Social

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 8.978(oito mil novecentos e setenta e oito) associados, atingindo o montante de R\$ 3.815.553,46 (três milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) para 2018 de R\$ 3.669.235,89 (Três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos) para 2017.

c) Das Reservas

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Reserva de Reavaliação		
❖ Ajuste a Valor Presente	1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Capital		
❖ Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
❖ Fundo de Reserva Legal	808.609,00	656.410,37
❖ FATES	240.611,77	186.117,80
❖ Fundo Manutenção e Melhorias	5.567.683,82	4.806.690,66
Total	8.220.697,08	7.253.011,32

d) Do Resultado a Disposição da AGO

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Resultado do Exercício	1.521.986,31	432.107,04
Destinações Estatutárias		
(-) Reserva Legal 10%	(152.198,63)	(43.210,70)
(-) Fates 05%	(76.099,32)	(21.605,35)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(760.993,16)	(216.053,52)
Absorção das Perdas Pela Reserva Legal		0,00
Sobras Líquidas do Período	532.695,20	151.237,46

NOTA 22 – INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às "Receitas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Em Reais	
	2018	2017
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	3.476.979,50	3.227.969,17
Industrial	8.415.491,38	7.235.232,56
Comercial, Serviços e Outras Atividades	1.823.833,77	1.714.711,08
Rural	2.592.490,57	2.472.596,18
Poder Público	246.591,54	224.357,49
Iluminação Pública	435.606,09	406.378,44
Serviço Público	120.946,18	123.727,61
Fornecimento - Não Faturado	51.280,94	82.788,84
(-) Transferência p/ TUSD de Consumidores Cativos	-7.767.321,72	(8.491.052,41)
Tarifa de Uso do Sistema De Distribuição - TUSD	-3.527,27	8.411.192,87
Demais Ativos e Passivos Financ. Setoriais	7.767.321,72	(30.743,95)
Sub-Total	17.159.692,70	15.377.157,88
Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	84.909,67	68.549,38
Serviço Taxado	33.410,17	38.825,72
Demais Receitas e Rendas	3.464.252,67	1.108.740,75
Sub-Total	3.582.572,51	1.216.115,85
Total da Receita Operacional Bruta	20.742.265,21	16.593.273,73

NOTA 23 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às "Deduções da Receita Operacional", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	Em Reais	
		2018	2017
Tributos Sobre a Receita			
	(-) Impostos e Contr. sobre os Ingressos	(3.686.554,94)	(3.152.719,86)
	(-) Encargos do Consumidor	(1.678.512,99)	(1.667.399,01)
Total Deduções da Receita		(5.365.067,93)	(4.424.851,91)

NOTA 24 – CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos "Custos e Despesas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Em Reais	
	2018	2017
CUSTOS	(8.827.694,90)	(7.234.337,46)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(8.827.694,90)	(7.234.337,46)
DESPESAS	(5.144.142,11)	(4.613.460,18)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.887.618,51)	(3.158.330,61)
(-) Material	(290.604,67)	(308.380,86)
(-) Serviços de Terceiros	(454.334,06)	(494.215,76)
(-) Depreciações	(527.779,81)	(492.439,17)
(-) Seguros	(1.328,17)	(1.068,78)
(-) Despesas Tributárias	(28.971,07)	(16.714,40)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(98.437,82)	(107.700,44)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(788.536,75)	75.842,33
(-) Outras Despesas Operacionais	(66.531,25)	(110.452,49)

NOTA 25 – DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao "Resultado Financeiro", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	Em Reais	
		2018	2017
Receitas Financeiras		166.081,39	159.055,97
	Rendas de Aplicação financeira	54.298,46	4.189,04
	Acréscimo Moratório Fatura Energia	68.212,89	61.322,39
	Outras Receitas Financeiras	34.266,55	85.800,00
	Ativ. não Vinculadas à Concessão do Serviço Público	9.303,49	7.744,54
Despesas Financeiras		(49.455,35)	(47.573,11)
	Tarifas Bancárias	(34.074,49)	(38.412,71)
	Outras Despesas Financeiras	(15.380,86)	(9.160,40)
Resultado Financeiro		116.626,04	111.482,86

NOTA 26 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cejama foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro

NOTA 26 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cejama foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999, 247 de 21 de novembro de 2002, e 358 de 09 de setembro de 2003, que estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS, são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa, através de sua assessoria jurídica, interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, em 21 de Dezembro de 2006, requerendo nulidade total do Ato Fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e da COFINS. Como não pratica tais operações não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições, eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração serão integralmente reconhecidos no resultado do exercício na data da sua ocorrência tempestiva.

Em 18/04/2017 a CEJAMA foi notificada pela Receita Federal, mediante intimação 040/2017, referente ao processo 11516-003.532/2006-17 a pagar o valor do anexo do documento citado. Tendo em vista que o prazo para adesão ao PERT (Programa Especial de Recuperação Tributária) estava em vigor, a CEJAMA aderiu ao mesmo onde realizou pagamentos referentes à notificação citada, conforme Nota Explicativa 16 há o valor de R\$ 539.317,41 a ser recolhido de forma parcelada.


ADELAR MACHADO DE OLIVEIRA
Presidente da CEJAMA(ee)
CPF : 741.936.439-72


ADEODATO TRAMONTIN
Contador (CRC SC 015.639/O-1)
CPF : 520.617.609-53

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA
JACINTO MACHADO - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 01 de março de 2019.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador -CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO



Relatório Anual Regulatório 2018

Jacinto Machado, abril de 2018

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Balço Patrimonial Regulatório

DESCRIÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	5.003.762,06	3.486.378,03
Caixa e Equivalentes a Caixa	2.002.298,47	482.838,57
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.487.419,73	2.483.638,38
Serviços em Curso	6.388,48	6.005,63
Tributos Compensáveis	89.334,12	74.296,74
Almoxarifado	173.585,78	151.030,58
Ativos Financeiros Setoriais	1.039,73	598,34
Despesas pagas antecipadamente	4.790,07	245,18
Outros Ativos Circulantes	238.905,68	287.724,61
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.054.656,35	12.927.555,09
Tributos Compensáveis	152.435,92	159.765,94
Outros Ativos Não Circulantes	747,30	-282,90
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	165.284,66
<i>Imobilizado</i>	<i>12.731.015,81</i>	<i>12.600.616,84</i>
Intangível	2.170,55	2.170,55
Total do Ativo	18.058.418,41	16.413.933,12
DESCRIÇÃO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	2.528.384,90	2.040.904,62
Fornecedores	348.754,27	356.243,53
Obrigações Sociais e Trabalhistas	261.464,38	491.528,69
Tributos	944.581,72	367.419,31
Encargos Setoriais	435.224,93	480.180,59
Provisão para Litígios	145.000,00	0,00
Passivos Financeiros Setoriais	0	8.654,29
Outros Passivos Circulantes	393.359,60	345.532,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	243.955,81	242.453,51
Obrigações Vinculadas a Concessão	243.955,81	242.453,51
PATRIMONIO LIQUIDO	15.286.077,70	14.130.574,99
Capital Social	3.565.805,69	3.419.488,12
Reservas de capital	6.528.162,73	5.560.476,97
Outros resultados abrangentes	4.659.414,08	4.999.372,43
Sobras a Disposição da Assembleia	532.695,20	151.237,47
Total do Passivo	18.058.418,41	16.413.933,12

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receita / Ingresso	20.657.355,54C	16.524.724,35C
Fornecimento de energia elétrica	9.392.370,98C	6.996.708,96C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	7.767.321,72C	8.411.192,87C
Ativos e Passivos Regulatórios	0,00	30.743,95D
Serviços cobráveis	69.321,68C	38.825,72C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.428.341,16C	1.108.740,75C
Tributos	3.686.554,94D	3.274.641,76D
ICMS	3.684.759,34D	3.272.777,09D
ISS	1.795,60D	1.864,67D
Encargos - Parcela "A"	1.678.512,99D	1.150.210,15D
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	327,50D
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	956.411,36D	988.147,28D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	36.639,09D	28.565,58D
Outros encargos	685.462,54D	133.169,79D
Receita líquida / Ingresso líquido	15.292.287,61C	12.099.872,44C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	8.827.694,90D	7.234.337,46D
Energia elétrica comprada para revenda	8.827.694,90D	7.234.337,46D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.464.592,71C	4.865.534,98C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.972.110,89D	4.730.492,87D
Pessoal e administradores	2.887.618,51D	3.158.330,61D
Material	290.604,67D	308.380,86D
Serviços de terceiros	454.334,06D	494.215,76D
Arrendamentos e aluguéis	11.437,09D	44.272,42D
Seguros	1.328,17D	1.068,78D
Doações, contribuições e subvenções	98.294,41D	107.700,44D
Provisões	788.536,75D	75.842,33C
(-) Recuperação de despesas	149.681,77C	131.212,50C
Tributos	28.971,07D	16.714,40D
Depreciação e amortização	527.779,81D	776.858,97D
Gastos diversos	32.888,12D	30.005,46D
Outras receitas operacionais	84.909,67C	68.549,38C
Outras despesas operacionais	172.031,22D	167.387,11D
Resultado da Atividade	1.405.360,34D	36.204,38C
Resultado Financeiro	116.626,04C	111.482,86C
Despesas financeiras	49.455,35D	47.573,11D
Receitas financeiras	166.081,39C	159.055,97C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.521.986,38D	147.687,24C
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	1.522.152,21C	147.687,24C

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2016	3.417.588,12	5.427.261,12	59.020,88	590.466,94	153.146,09	4.476.973,49	-	14.124.456,64
MUTAÇÕES EM 2017	1.900,00	(427.888,69)	-	43.210,70	21.605,35	216.053,52	151.237,47	6.118,35
Integralização de Capital	4.044,46							4.044,46
Capital a Realizar								-
Devolução de Capital	(2.144,46)							(2.144,46)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas		(427.888,69)						(427.888,69)
Resultado do Exercício							432.107,04	432.107,04
Destinações				43.210,70	21.605,35	216.053,52	(280.869,57)	-
SALDO EM 31/12/2017	3.419.488,12	4.999.372,43	59.020,88	633.677,64	174.751,44	4.693.027,01	151.237,47	14.130.574,99
MUTAÇÕES EM 2018	146.317,57	(339.958,35)	-	152.198,63	54.493,97	760.993,16	381.457,73	1.155.502,71
Integralização de Capital	158.291,62						(151.237,47)	7.054,15
Capital a Realizar								-
Devolução de Capital	(11.974,05)							(11.974,05)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas		(339.958,35)			(21.605,35)			(361.563,70)
Resultado do Exercício							532.695,20	532.695,20
Destinações				152.198,63	76.099,32	760.993,16		989.291,11
SALDO EM 31/12/2018	3.565.805,69	4.659.414,08	59.020,88	785.876,27	229.245,41	5.454.020,17	532.695,20	15.286.077,70

Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 31/12/2017

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Regulatório

Descrição	2018	2017
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.521.986,31	432.107,04
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.521.986,31	432.107,04
2 - Ajuste Por	86.332,95	(925.593,43)
Reintegração Acumulada	35.867,47	120.445,16
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Concessionários e Permissionários	(3.781,35)	(469.824,51)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(382,85)	43.356,72
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(15.037,38)	8.054,63
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	(22.555,20)	(32.243,52)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(441,39)	62.370,32
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(4.544,89)	78.431,17
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	48.818,93	(75.653,45)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	7.330,02	(18.713,88)
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Direitos Para Uso Futuro	0,00	(3.601,31)
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Atividades Não Vinculadas À Concessão E Permissão Do	(3.002,11)	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(444.920,88)	(445.564,08)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	(7.489,26)	25.889,49
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	(230.064,31)	2.439,15
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	577.162,41	59.009,29
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(44.955,66)	(449.049,92)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(8.654,29)	(30.572,18)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	201.481,39	93.360,16
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	1.502,30	106.273,33
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	1.608.319,26	(493.486,39)
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(67.254,01)	241.366,93
Ativo Imobilizado / Intangível	(62.334,11)	239.466,93
Ativo Investimentos	0,00	0,00
Integralização de Capital	(4.919,90)	1.900,00
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(21.605,35)	0,00
Utilização das Reservas	(21.605,35)	0,00
Reversão de Capital	0,00	0,00
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	1.519.459,90	(252.119,46)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.519.459,90	(252.119,46)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	482.838,57	734.958,03
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.002,298,47	482.838,57

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2018, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2019.

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

CGC/MF: 85.665.990/0001-30

AV. PADRE HERVAL FONTANELLA, 443 – CENTRO

JACINTO MACHADO – SANTA CATARINA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

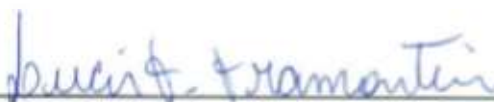
Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado, Marli Aparecida Rosso Tramontin – Coordenadora; Lucir Teixeira Tramontin - Secretária e demais membros: João Edward Patel, Sergio Luiz Ramos, Quiliani Padilha dos Santos e Oly José Borges, nos reunimos mensalmente nas reuniões ordinárias e em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, fiscalizamos, analisamos, verificamos a documentação mensal, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, como também o Relatório da Diretoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 2018. Percebemos uma Cooperativa (CEJAMA) que se pautou em um serviço de qualidade, com responsabilidade, idoneidade e sobretudo voltada à transparência em seus atos administrativos e burocráticos, conforme o Estatuto Social, ao que expressamos nossas congratulações e votos de sucesso sempre com este espírito de seriedade e lisura em todo o processo.

Foi observada também a publicação legal para a formação do novo conselho que se enquadra nas normas estatutárias.

Portanto, emitimos o presente parecer no sentido de ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis.

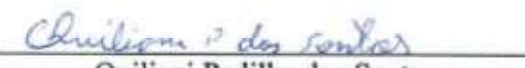
Jacinto Machado (SC), 19 de março de 2019.

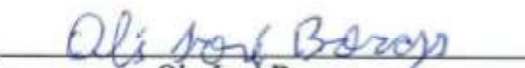

Marli Aparecida Rosso Tramontin
Coordenadora


Lucir Teixeira Tramontin
Secretária


João Edward Patel
Membro


Sergio Luiz Ramos
Membro


Quiliani Padilha dos Santos
Membro


Oly José Borges
Membro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

(Valores expressos em reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar desses consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre - ACL. No mercado livre ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar as TUSTarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas

RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos

custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias					
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	1.976	-	188	5	43	41	48	-	-	-	-	-	2.208	1.710
Fornecimento	1.428	-	188	5	43	41	48	-	-	-	-	-	1.660	1.304
Residencial	263	-	62	2	2	14	19	-	-	-	-	-	324	273
Industrial	689	-	26	1	39	17	17	-	-	-	-	-	755	585
Comercial	159	-	18	-	-	3	3	-	-	-	-	-	175	149
Rural	262	-	83	2	2	7	6	-	-	-	-	-	350	293
Poder Público	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	3
Iluminação Pública	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	1
Serviço Público	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Serviço Taxado	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1
Renda não faturada	539	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	539	405
Participação Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos Moratórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobrança Judicial Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrecadação Processo Classificação	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE														
Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- Existência de garantias reais;
- Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	17.095	972	(584)	-	-	17.474	388	(6.201)	11.273	11.253	-	-	-
Terrenos	11	-	-	-	-	11	-	-	11	11	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	17	-	-	-	-	17	-	(1)	16	16	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	16.817	765	(480)	-	-	17.102	285	(6.048)	11.054	11.160	-	-	-
Veículos	180	190	(104)	-	-	266	86	(123)	143	26	-	-	-
Móveis e Utensílios	61	17	-	-	-	78	17	(29)	49	40	-	-	-
Administração	1.140	477	(182)	-	-	1.435	295	(581)	854	624	-	-	-
Terrenos	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	169	-	-	-	-	169	-	(135)	34	39	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	173	6	(18)	-	-	161	(12)	(148)	13	13	-	-	-
Veículos	654	471	(163)	-	-	962	308	(264)	698	463	-	-	-
Móveis e Utensílios	46	-	(1)	-	-	45	(1)	(34)	11	12	-	-	-
Subtotal	18.226	1.449	(766)	-	-	18.909	683	(6.782)	12.127	11.877	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Distribuição	719	2.062	(2.181)	-	-	600	(119)	-	600	719	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	85	722	(759)	-	-	48	(37)	-	48	85	-	-	-
Outros	634	1.340	(1.422)	-	-	552	(82)	-	552	634	-	-	-
Administração	4	-	-	-	-	4	-	-	4	4	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4	-	-	-	-	4	-	-	4	4	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	723	2.062	(2.181)	-	-	604	(119)	-	604	723	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	18.949	3.511	(2.947)	-	-	19.513	564	(6.782)	12.731	12.600	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+ (C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-
Softw ares	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	15	-	-	-	-	15	-	(15)	-	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+ (C)
AIS Bruto	16.817	765	(480)	-	-	17.102	285
Transformador de Distribuição	3.370	89	(45)	-	-	3.414	44
Medidor	699	83	(101)	-	-	681	(18)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.759	540	(12)	-	-	2.287	528
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.075	44	(10)	-	-	2.109	34
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.914	9	(312)	-	-	8.611	(303)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	2,11%	17.474	(6.202)	11.272	11.081
Custo Histórico		10.240	(3.211)	7.029	6.564
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		7.234	(2.991)	4.243	4.518
Administração	3,12%	1.436	(582)	854	699
Custo Histórico		1.433	(585)	848	720
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		3	3	6	(21)
		18.910	(6.784)	12.126	11.780
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		601	-	601	718
Administração		4	-	4	4
		605	-	605	722
		19.515	(6.784)	12.731	12.502

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos							-
Reservatórios, Barragens e Adutoras							-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias							-
Máquinas e Equipamentos	480		198			44	722
Móveis e Utensílios	16	6					22
A Realar							-
Desenvolvimento de Projetos							-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais							-
Material em Depósito							-
Compras em Andamento							-
Adiantamentos a Fornecedores							-
Depósitos Judiciais							-
Outros	314	177					491
Total das Adições	810	183	198	-	-	44	1.235

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no367 de 02/06/2009, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores	5,0%
Chave de distribuição	6,7%
Condutor do sistema	5,0%
Estrutura do sistema	5,0%
Regulador de tensão	4,8%
Transformador de Força	2,5%
Transformador de Distribuição	5,0%
Administração	
Veículos	20,0%
Edificações	4,0%
Equipamento Geral	10,0%
Equipamento Geral de Informática	10,0%
Software	20,0%
Urbanizações e Benfeitorias	4,0%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem		Em R\$ Mil
1	REGULADOR DE TENSÃO 13,8KV 414KVA 300A MONOFASICO	102.181,79
2	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11/300	57.329,47
3	RELIGADOR AUTOMATICO 27KV 12KA 800a C/ CONTROLE	45.717,03
4	MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	37.655,38
5	TRANSF. DE DISTR. 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFASICO	35.045,42
6	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10/300	33.303,34
7	POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 10 M MEDIO	30.719,56
8	POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 9 M MEDIO	29.809,25
9	CONDUTOR DE ALUMINIO CAA NU 4 AWG	23.691,45
10	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 09/300	23.683,77

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem		Em R\$ Mil
1	REGULADOR DE TENSÃO 13,8KV 414KVA 300A MONOFASICO	158.539,26
2	MEDIDOR ELETRONICO SAGA 1500 RURAL	31.053,15
3	MEDIDOR TRIFASICO 15A 120 ^a	18.836,84
4	TRANSF. DE DIST. 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFASICO	12.568,02
5	TRANSF. DE DIST. 13,8KV 380/220V 350KVA TRIFASICO	12.331,17
6	MEDIDOR ELETROMECANICO DE ENERGIA MONOFASICO	11.940,38
7	MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	10.708,38
8	MEDIDOR MONOFÁSICO ELETRONICO 240V	9.542,90
9	POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 10 M MEDIO	8.285,01
10	POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 8 M MEDIO	8.222,45

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 28 de setembro de 2017 a 28 de setembro de 2018, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário emanos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Os componentes financeiros presentes nestes processos tarifários são decorrentes dos seguintes ajustes financeiros.

- i. Pis/Cofins na compra de energia e no encargo de uso do sistema de distribuição;
- ii. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A;
- iii. Repasse para compensação por descontinuidade;
- iv. Subvenção Baixa Densidade de Carga;
- v. Retenção adicional de Bandeiras Tarifárias;
- vi. Ajuste CUST;
- vii. Ressarcimento P&D;
- viii. Ajustes relativos à processos anteriores;
- ix. Ajustes dos financeiros de setembro em função da prorrogação das tarifas (TE e TUSD).

Permissória	Repasse de PIS COFINS	Neutralidade	Comp. DIC FIC	Subvenção Baixa Densidade de Carga	Adicional de Bandeiras Tarifárias	Ressarc. P&D	Ajuste CUST PIS/COFINS	Ajuste processos anteriores	Ajuste Financeiros set/17-TE	Ajuste Financeiros set/17-TUSD	Total Financeiros
Cadri	293.889,09	32.270,29	- 736,80	- 1.811.540,07	-	- 27.467,34	-	-	47.158,35	2.451,01	- 1.463.995,47
Cejane	432.911,47	92.766,30	- 38.993,00	- 2.533.226,23	- 0,01	- 69.154,60	-	-	76.369,91	- 675,50	- 2.038.211,59
Cerapa	709.960,58	106.816,99	-	- 5.052.221,13	- 37,46	- 173.268,01	-	-	185.236,42	60.890,67	- 4.160.119,94
Cetbrasa/le	1.715.304,26	120.967,29	-	- 4.884.614,98	- 15,53	- 312.045,64	-	-	339.100,08	479,19	- 3.001.733,33
Cerej	317.773,99	43.363,84	- 257.383,81	- 9.038.040,85	-	- 97.510,63	-	-	88.281,54	44.850,00	- 8.918.865,13
Cergal	789.067,82	130.797,70	- 362,74	- 294.899,31	-	- 166.301,44	-	-	178.268,62	26.769,40	- 663.377,94
Cergasa	301.821,56	1.090,64	-	- 1.715.403,70	- 10,01	- 54.515,20	-	-	65.774,57	9.124,73	- 1.342.117,42
Cergal	295.249,82	43.216,47	-	- 1.628.162,87	- 1.110,97	- 68.426,40	-	-	96.813,96	13.541,39	- 1.329.887,61
Cerneta	860.474,01	357.841,98	-	- 682.881,24	- 128,89	- 250.776,63	-	-	279.694,52	3.209,10	- 567.432,79
Cerpal	554.982,00	52.814,87	-	- 2.591.099,85	-	- 138.786,10	-	-	160.771,05	24.320,57	- 2.367.947,44
Cersul	1.287.380,79	882.111,63	-	- 11.259.437,70	- 1.110,24	- 336.684,64	-	-	317.122,37	80.654,02	- 9.028.953,77
Certel	256.895,04	148.486,70	-	- 165.391,49	- 128,77	-	-	- 699.075,19	65.858,06	91.249,59	- 482.108,05
Coopera	2.000.076,01	696.191,71	-	-	- 27,74	- 582.187,45	1.237.971,34	-	685.640,87	147.125,95	4.184.796,89
Cooperpal	683.116,21	154.795,27	- 467,27	- 2.403.031,84	- 19,19	- 133.797,38	-	-	169.018,54	41.055,15	- 1.479.329,10
Cooperma	196.590,92	9.812,59	- 39.887,93	- 899.400,51	-	- 25.403,61	-	-	19.423,00	7.624,35	- 731.338,82
Coorsul	688.967,57	- 21.903,22	- 70.438,47	- 5.763.593,26	- 114,34	-	-	-	115.092,38	20.135,66	- 5.035.193,86

No cálculo da neutralidade dos Encargos setoriais da Parcela A foi considerado o recálculo da neutralidade de CDE e PROINFA de anos anteriores

Pela regra atual a neutralidade é definida como as variações identificadas entre a cobertura tarifária e o faturamento associado ao componente tarifário. Sendo assim, deve-se considerar as competências de cobertura e não a de pagamento do encargo.

Os componentes financeiros "Ajuste Financeiros set/17 - TE" e "Ajuste Financeiros set/17 - TUSD" referem-se aos ajustes necessários em decorrência da prorrogação das tarifas vigentes em 2016. Cabe ressaltar que os componentes financeiros homologados em 2016 foram recuperados por 13 mês e não 12 como previsto. Sendo assim, o período de vigência das mesmas passou a ser de 13 meses. Por outro lado, o período de vigência das tarifas referente ao ano de 2017 foi de 11 meses, ou seja, os componentes financeiros homologados em 2017 não foram recuperados na sua totalidade.

Com a finalidade de corrigir essas desigualdades de períodos de vigência das tarifas, retirou-se os componentes financeiros constantes das tarifas de 2016, que vigoraram por um mês a mais, e, acrescentou-se um mês relativo aos componentes financeiros de 2017. Desta forma, foi possível equalizar as discrepâncias geradas pelos componentes financeiros constantes das tarifas, calculados nos processos tarifários de 2016 e 2017.

7. Empréstimos e Financiamentos

A CEJAMA não movimentou ou adquiriu nenhuma operação financeira nos exercícios de 2018 e 2017.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Legislação Societária	
	2018	2017
Ativo circulante	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
Ativo não circulante	-	-
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
Total	-	-

9. Provisão para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
SalDOS em 31/12/2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição	120.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Baixas/reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SalDOS em 31/12/2018	120.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00

1

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		46	-	-	46,00
Participação da União, Estados e Municípios		20	-	-	20,00
Participação Financeira do Consumidor		26	-	-	26,00
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		46,00	-	-	46,00

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2018
Em curso	196	36	(34)	-	-	198	2	-	196	196
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	196	36	(34)	-	-	198	2	-	196	196
Ultrapassagem de demanda	196	36	(34)	-	-	198	2	-	196	196
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	196	36	(34)	-	-	198	2	-	196	196

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$3.657.035,69e sua composição por classe deações e principais acionistas é a seguinte:

Cooperados – Não Cooperados	Valor
Cooperados	3.657.035,69

Reservas de Capital

Descrição	2018	2017
❖ Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
❖ Fundo de Reserva Legal	785.876,27	633.677,64
❖ FATES	229.245,41	174.751,44
❖ Fundo Manutenção e Melhorias	5.454.020,17	4.693.027,01
Total	6.528.162,73	5.560.476,97

A reserva legal é constituída com base em 10% do lucro líquido do exercício pela legislação societária,o fundo de manutenção e aplicação e melhorias com base em 50% e FATES de 5% das sobras.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	5.424	5.406	32.516	32.596	17.112	15.404
Residencial	2.868	2.840	5.438	5.368	3.477	3.228
Industrial	62	65	17.371	17.341	8.415	7.235
Comercial	464	464	2.544	2.654	1.824	1.714
Rural	1.857	1.869	5.566	5.640	2.592	2.473
Poder público	54	54	359	341	247	224
Iluminação pública	114	108	1.045	1.041	436	406
Serviço público	5	6	193	211	121	124
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	✓ -	✓ -	-	-	✓ (0,00)	0,00
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	4
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	51	0
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.						
Serviços Cobráveis					3.498	1.061
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	5.424	5.406	32.516	32.596	20.657	16.525

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2018	2017
Pessoal	2.649	2.916
Remuneração	1.545	1.924
Encargos	675	762
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	148	6
Participação nos Lucros e Resultados - FLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	281	224
Administradores	237	242
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	237	242
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	2.886	3.158

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

Descrição	2018	2017
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Deixamos de apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada devido sermos uma empresa Permissionária na qual possui apenas as atividades de Distribuição (D) e Administração.

17 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário

Os Contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes Contratos preveem a periodicidade dos processostarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes ocorrem manualmente, nas datas de aniversário contratual, exceto quando acontece as Revisões a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minúsculo termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definir a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme o PRORET 8.1.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O cálculo tarifário também compreende o cálculo dos componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

Os processos tarifários das permissionárias com data de aniversário contratual em 30/09/2018 conduziram ao seguinte resultado:

Permissionária	Alta Tensão	Baixa Tensão	Efeito Médio
CEJAMA	10,5%	9,6%	10,00%

O período de referência para o cálculo dos processos tarifários das permissionárias, ora em análise, é de setembro de 2017 a agosto de 2018.

Encargos Setoriais

Os encargos setoriais, oriundos das políticas de governo para o setor elétrico, possuem finalidades específicas e são definidos em legislação própria³. Seus valores são estabelecidos pela ANEEL e não representam ganhos de receita para a permissionária. Os encargos são;

- i. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE,
- ii. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- iii. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

A cobertura tarifária para o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é calculada pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh) verificado no período de referência, pelos custos da CDE (R\$/MWh) por nível de tensão, descontado os montantes das unidades consumidores classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A cobertura tarifária relativa à quota de custeio do Proinfa é pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh), verificado no período de referência, descontando os valores da Subclasse Residencial Baixa Renda, pelo custo do Proinfa (R\$/MWh).

TFSEE	CDE	PROINFA	TOTAL
34.949,15	1.106.500,51	256.371,24	1.397.365,89

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO						
Ativo circulante	5.003.749,69D	12,37D	5.003.762,06D	3.486.365,66D	12,37D	3.486.378,03D
Caixa e equivalentes de caixa	2.002.298,47D	0,00	2.002.298,47D	482.838,57D	0,00	482.838,57D
Consumidores	2.487.419,73D	0,00	2.487.419,73D	2.483.638,38D	0,00	2.483.638,38D
Serviços em curso	6.388,48D	0,00	6.388,48D	6.005,63D	0,00	6.005,63D
Tributos compensáveis	89.334,12D	0,00	89.334,12D	74.296,74D	0,00	74.296,74D
Almoxaridão operacional	173.585,78D	0,00	173.585,78D	151.030,58D	0,00	151.030,58D
Ativos regulatórios	1.027,36D	12,37D	1.039,73D	585,97D	12,37D	598,34D
Despesas pagas antecipadamente	4.790,07D	0,00	4.790,07D	245,18D	0,00	245,18D
Outros ativos circulantes	238.905,68D	0,00	238.905,68D	287.724,61D	0,00	287.724,61D
Ativo não circulante	10.346.191,05D	2.708.465,30D	13.054.656,35D	9.879.131,44D	3.048.423,65D	12.927.555,09D
Tributos compensáveis	152.435,92D	0,00	152.435,92D	159.765,94D	0,00	159.765,94D
Depósitos judiciais e cauções	1.030,20D	0,00	1.030,20D	0,00	0,00	0,00
Bens e direitos para uso futuro	384,99C	0,00	384,99C	384,99C	0,00	384,99C
Outros ativos não circulantes	3.367.385,00D	3.367.282,91C	102,09D	2.923.494,32D	2.923.392,23C	102,09D
Bens e atividades não vinculadas à concessão	168.286,77D	0,00	168.286,77D	165.284,66D	0,00	165.284,66D
Imobilizado	3.210.403,28D	9.520.612,63D	12.731.015,81D	2.257.348,39D	10.343.268,45D	12.600.616,84D
Intangível	3.447.034,87D	3.444.864,32C	2.170,55D	4.373.623,12D	4.371.452,57C	2.170,55D
TOTAL DO ATIVO	15.349.940,74D	2.708.477,67D	18.058.418,41D	13.365.497,10D	3.048.436,02D	16.413.933,12D
PASSIVO						
Passivo circulante	2.537.039,19C	8.654,29D	2.528.384,90C	2.049.558,91C	8.654,29D	2.040.904,62C
Fornecedores	348.754,27C	0,00	348.754,27C	356.243,53C	0,00	356.243,53C
Empréstimos, financiamentos e debêntures	539.317,41C	0,00	539.317,41C	0,00	0,00	0,00
Obrigações sociais e trabalhistas	261.464,38C	0,00	261.464,38C	491.528,69C	0,00	491.528,69C
Tributos	405.264,31C	0,00	405.264,31C	367.419,31C	0,00	367.419,31C
Provisão para litígios	145.000,00C	0,00	145.000,00C	0,00	0,00	0,00
Encargos setoriais	435.224,93C	0,00	435.224,93C	480.180,59C	0,00	480.180,59C
Passivos regulatórios	0,00	8.654,29D	8.654,29D	8.654,29C	8.654,29D	0,00
Outros passivos circulantes	402.013,89C	0,00	402.013,89C	345.532,50C	0,00	345.532,50C
Passivo não Circulante	243.955,81C		243.955,81C	242.453,51C		242.453,51C
Obrigações vinculadas à concessão	243.955,81C	0,00	243.955,81C	242.453,51C	0,00	242.453,51C
TOTAL DO PASSIVO	2.780.995,00C	8.654,29D	2.772.340,71C	2.292.012,42C	8.654,29D	2.283.358,13C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	3.615.553,46C	249.747,77D	3.565.805,69C	3.669.235,89C	249.747,77D	3.419.488,12C
Reservas de capital	6.675.925,47C	147.762,74D	6.528.162,73C	5.708.239,71C	147.762,74D	5.560.476,97C
Outros resultados abrangentes	1.544.771,61C	3.114.642,47C	4.659.414,08C	1.544.771,61C	3.454.600,82C	4.999.372,43C
Sobras à disposição da Assembleia	532.695,20C	0,00	532.695,20C	151.237,47C	0,00	151.237,47C
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.568.945,74C	2.717.131,96C	15.286.077,70C	11.073.484,68C	3.057.890,31C	14.130.574,99C
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.349.940,74D	2.708.477,67C	18.058.418,41C	13.365.497,10C	3.048.436,02C	16.413.933,12C

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita / Ingresso	20.657.355,54C		20.657.355,54C	16.524.724,35C		16.524.724,35C
Fornecimento de energia elétrica	9.392.370,98C	0,00	9.392.370,98C	6.996.708,96C	0,00	6.996.708,96C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	7.767.321,72C	0,00	7.767.321,72C	8.411.192,87C	0,00	8.411.192,87C
Ativos e Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	30.743,95D	0,00	30.743,95D
Serviços cobráveis	69.321,68C	0,00	69.321,68C	38.825,72C	0,00	38.825,72C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.428.341,16C	0,00	3.428.341,16C	1.108.740,75C	0,00	1.108.740,75C
Tributos	3.686.554,94D		3.686.554,94D	3.274.641,76D		3.274.641,76D
ICMS	3.684.759,34D	0,00	3.684.759,34D	3.272.777,09D	0,00	3.272.777,09D
ISS	1.795,60D	0,00	1.795,60D	1.864,67D	0,00	1.864,67D
Encargos - Parcela "A"	1.678.512,99D		1.678.512,99D	1.150.210,15D		1.150.210,15D
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00	0,00	327,50D	0,00	327,50D
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	956.411,36D	0,00	956.411,36D	988.147,28D	0,00	988.147,28D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	36.639,09D	0,00	36.639,09D	28.565,58D	0,00	28.565,58D
Outros encargos	685.462,54D	0,00	685.462,54D	133.169,79D	0,00	133.169,79D
Receita líquida / Ingresso líquido	15.292.287,61C		15.292.287,61C	12.099.872,44C		12.099.872,44C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	8.827.694,90D		8.827.694,90D	7.234.337,46D		7.234.337,46D
Energia elétrica comprada para revenda	8.827.694,90D	0,00	8.827.694,90D	7.234.337,46D	0,00	7.234.337,46D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.464.592,71C		6.464.592,71C	4.865.534,98C		4.865.534,98C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.971.944,99D		4.971.944,99D	4.446.073,07D	284.419,80D	4.730.492,87D
Pessoal e administradores	2.887.618,51D	0,00	2.887.618,51D	3.158.330,61D	0,00	3.158.330,61D
Material	290.604,67D	0,00	290.604,67D	308.380,86D	0,00	308.380,86D
Serviços de terceiros	454.334,06D	0,00	454.334,06D	494.215,76D	0,00	494.215,76D
Arrendamentos e aluguéis	11.437,09D	0,00	11.437,09D	44.272,42D	0,00	44.272,42D
Seguros	1.328,17D	0,00	1.328,17D	1.068,78D	0,00	1.068,78D
Doações, contribuições e subvenções	98.294,41D	0,00	98.294,41D	107.700,44D	0,00	107.700,44D
Provisões	788.536,75D	0,00	788.536,75D	75.842,33C	0,00	75.842,33C
Perdas na alienação de bens e direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recuperação de despesas	149.681,77C	0,00	149.681,77C	131.212,50C	0,00	131.212,50C
Tributos	28.971,07D	0,00	28.971,07D	16.714,40D	0,00	16.714,40D
Depreciação e amortização	527.779,81D	0,00	527.779,81D	492.439,17D	284.419,80D	776.858,97D
Gastos diversos	32.722,22D	0,00	32.722,22D	30.005,46D	0,00	30.005,46D
Outras receitas operacionais	84.909,67C		84.909,67C	68.549,38C		68.549,38C
Outras despesas operacionais	172.031,22D		172.031,22D	167.387,11D		167.387,11D
Resultado da Atividade	1.405.526,17C		1.405.526,17C	320.624,18C	284.419,80D	36.204,38C
Resultado Financeiro	116.626,04C		116.626,04C	111.482,86C		111.482,86C
Despesas financeiras	49.455,35D	0,00	49.455,35D	47.573,11D	0,00	47.573,11D
Receitas financeiras	166.081,39C	0,00	166.081,39C	159.055,97C	0,00	159.055,97C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.522.152,21C		1.522.152,21C	432.107,04C	284.419,80D	147.687,24C
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	1.522.152,21C		1.522.152,21C	432.107,04C	284.419,80D	147.687,24C

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

DESCRIÇÃO	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.522.152,21	432.107,04
Efeito dos ajustes entre contab. societária versus reg.		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		(284.419,80)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.522.152,21	147.687,24

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.


Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.


Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.


ADELAR MACHADO DE OLIVEIRA
Presidente da CEJAMA(ee)
CPF : 741.936.439-72


ADEODATO TRAMONTIN
Contador (CRC SC 015.639/O-1)
CPF : 520.617.609-53

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA
Jacinto Machado - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, com data de 01 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

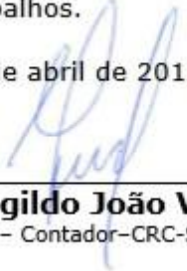
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 12 de abril de 2019.


Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012